



Comissão acolhe projeto do voto digital

Proposta de Eduardo Azeredo (foto) que institui o voto digital está entre as aprovadas ontem pela CCJ.

Página 7

CPI da exploração infantil define plano de trabalho

Página 5

Renan propõe turismo em bases sustentáveis

Senador diz que turista não quer apenas férias passivas sob o sol, mas experiências que o enriqueçam culturalmente.

Página 8



JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.726 - Brasília, quinta-feira, 26 de junho de 2003



Marcia Kolumbe

Começa a CPI do caso Banestado

■ Na próxima reunião, terça-feira, comissão deve definir o calendário de trabalhos durante a convocação

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) do Congresso que vai investigar a evasão de divisas do Brasil por meio das chamadas contas CC-5 elegeu ontem o senador Antero Paes de Barros e o deputado Rodrigo Maia para presidente e vice-presidente. O deputado José Mentor foi escolhido como relator. As escolhas ratificaram acordo dos líderes partidários na Câmara dos Deputados e no Senado. Minutos após a instalação da mesa da CPI, o senador Jorge Bornhausen pediu a palavra para se defender de notícias veiculadas pela imprensa envolvendo seu nome com a remessa ilegal de dinheiro, via contas CC-5, para o exterior.

Página 8



Genivaldo Magalhães

ATIVIDADE No primeiro dia de trabalho da CPI, Bornhausen (foto acima) se defende. Antero (ao lado de Tuma) foi eleito presidente

FUNCIONALISMO

Reajuste dos servidores passa na CCJ e vai a Plenário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou os projetos de reajuste de 1% e abono de R\$ 59,87 aos servidores públicos. Os textos vão ao Plenário.

Página 6

PROJETOS APROVADOS NA ORDEM DO DIA

■ União indenizará por trabalho escravo

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto fixando em R\$ 53 mil a indenização a ser paga pelo governo federal ao cidadão José Pereira Ferreira, que foi submetido a trabalho escravo e lesões corporais em uma fazenda do Pará. Por ter sido emendada, a proposta deverá agora retornar à Câmara dos Deputados.

Página 3

■ Ampliado direito de defesa na Lei Eleitoral

Mudanças no Código Eleitoral aprovadas ontem ampliam o direito de defesa dos acusados da prática de crime eleitoral. O candidato que estiver respondendo a processo poderá, por exemplo, apresentar testemunhas. A matéria, relatada pelo senador César Borges, foi enviada à Comissão Diretora para redação final.

PODERES

Declarações de Lula provocam debate

Discurso feito pelo presidente na Confederação Nacional da Indústria motivou diversos pronunciamentos na sessão de ontem do Senado.

Páginas 4 e 5

CCJ aprova requerimento de Valdir Raupp

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) favorável a requerimento de informações ao Ministério da Fazenda sobre a situação financeira dos bancos estaduais antes e depois de serem privatizados ou federalizados. Em seu relatório, Garibaldi recomendou o encaminhamento da matéria, de autoria do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), à Comissão Diretora do Senado.

O requerimento refere-se aos bancos de Alagoas (Produban), Mato Grosso (Bemat), Rio de Janeiro (Banerj), Rio Grande do Norte (Bandern) e São Paulo (Banespa).

Papaléo Paes elogia atuação do Incor

Jane de Araújo

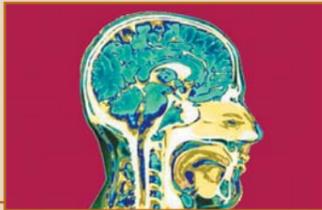


Papaléo exaltou os benefícios do Incor para a sociedade

Considerado um dos hospitais mais modernos do mundo e centro de excelência no tratamento das doenças do coração, o Instituto do Coração (Incor) da Universidade de São

Paulo foi o tema do discurso feito ontem do senador Papaléo Paes (PMDB-AP). Ele ressaltou os benefícios do instituto na prestação de serviços de saúde e na formação de novos profissionais. Papaléo esteve há duas semanas no Incor, em comitiva parlamentar.

Agenda



Audiência pública sobre saúde mental

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza audiência pública, às 9h, com a participação de representantes da sociedade e do Ministério da Saúde, para discutir o atendimento às pessoas com necessidades psicológicas especiais. O evento também deve subsidiar os representantes brasileiros na 6ª Conferência Internacional sobre Filosofia, Psiquiatria e Psicologia, em julho, em Brasília.

Sarney recebe representantes do Uruguai

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 11h, o cineasta Andrucha Waddington; às 12h, encontra-se com Tabaré Vázquez, prefeito de Montevidéu

e presidente do Encontro Progressista – Frente Ampla do Uruguai, acompanhado dos senadores Reinaldo Gargano e Rafael Michelin; e, às 12h30,

concede audiência ao embaixador Gilberto Vergne Sabóia, subsecretário-geral de Política Bilateral do Ministério das Relações Exteriores.

Pauta do Plenário prevê discussão de quatro PECs

Na sessão das 14h30, continua a discussão das quatro propostas de emenda à Constituição: a que garante a conclusão de obras

públicas em andamento; a que altera a forma de votação dos vetos presidenciais; a que inclui a razoabilidade entre os princípios

os que regem a administração pública; e a que trata da análise pelo Congresso das concessões de emissoras de rádio e TV.

CRE debate questão da soberania nacional na Amazônia

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) do Senado realiza audiência pública hoje, às 10h, com a presença do arcebispo de Manaus, dom Luiz Soares Vieira, a respeito da soberania brasileira

sobre a Amazônia (foto). No mesmo horário, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) discute a questão dos condomínios situados em terras públicas no Distrito Federal.



Divulgação

Tributação e evasão fiscal no Mercosul

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul se reúne, a partir das 9h, para discutir tributação e evasão fiscal entre Brasil e Chile; suspensão de tarifas na comercialização de produtos no âmbito

do Mercosul e projeto que exclui o trigo da Tarifa Externa Comum (TEC). Para discutir matérias pendentes, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) realiza reunião às 10h e às 14h.

CE realiza reunião hoje

Às 10h, começa a reunião da Comissão de Educação, que deve discutir, entre outros itens, o projeto que institui a Política Nacional do Livro; o que dispõe sobre a utilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio; o que inscreve o nome de Alberto Santos Dumont, o Pai da Aviação, no Livro dos Heróis da Pátria; e o que adota o tuiuí como ave símbolo do Brasil.

Porte de armas em discussão

O documentário americano *Tiros em Columbine*, do diretor Michael Moore, será exibido, às 12h30, no Auditório Petrônio Portella. Após o filme haverá debate sobre armas e segurança pública com o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) e o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP).



Divulgação

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Júnia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Tourinho vê Congresso fora do Mercosul

Ao relatar ontem a participação de representantes brasileiros da Comissão Parla m e n t a r Conjunta do Mercosul na 21ª Reunião Plenária e na Reunião dos Presidentes, em Assunção



Roosevelt Pinheiro

Tourinho: participação é fundamental

(Paraguai), o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) alertou para a “ausência injustificada” do Poder Legislativo nas instâncias de decisão do Mercosul.

– É fundamental que o Congresso Nacional se faça presente, de forma institucional, nas discussões em torno do Mercosul, que envolvem, além de problemas de ordem econômica, problemas de caráter político – frisou.

Tourinho ainda reclamou do tratamento dado aos parlamentares brasileiros pelo governo e pela diplomacia do Itamaraty.

Suassuna pede apoio à marinha mercante

Depois de lamentar o declínio da marinha mercante nacional, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) sugeriu ao governo federal a articulação de uma política que propicie o desenvolvimento do setor. Como medida emergencial, ele pediu ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que agilize a concessão do crédito para o financiamento da construção de navios, que hoje demora até um ano e meio para ser liberado.



Roosevelt Pinheiro

Suassuna quer política para desenvolver setor

Em apartes, o senador Mão Santa (PMDB-PI) falou sobre a importância do transporte marítimo para o país e Leonel Pavan (PSDB-SC) pediu que o governo federal atenda às reivindicações feitas pelos municípios portuários de Santa Catarina.



Waldemar Rodrigues

REVOLUÇÃO Pavan disse que governos FHC mudaram o perfil da educação no Brasil

Pavan exalta conquistas nos 15 anos do PSDB

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) relacionou as conquistas de seu partido, que completou 15 anos ontem. O PSDB, disse ele, foi responsável "pela mais equilibrada transição de poder em regime democrático" da história do país e pelo fim da inflação no Brasil, que tinha "os maiores índices de carestia no planeta". Essas conquistas foram alcançadas nos governos sucessivos de Fernando Henrique Cardoso, eleito sempre no primeiro turno.

Pavan afirmou que o PSDB tem o objetivo de "corrigir as injustiças sociais e melhorar as condições de vida do povo por meio de reformas consentidas pela sociedade, dentro de um regime democrático". Seu partido, acrescentou, fez "uma revolução na educação", ao conseguir colocar na escola 97% das crianças entre 7 e 14 anos.

– Fechamos a fábrica de alfabetos – frisou.

No setor da saúde, destacou que a mortalidade infantil caiu quase 40% ao longo dos anos 90. No Nordeste, a taxa baixou de 73 para 44 mortes por mil nascidos vivos. Ressaltou o aumento da expectativa de vida do brasileiro e a redução no número de pessoas pobres no país, de 65 milhões para 55 milhões.

– Ainda é pouco, mas foi um passo gigantesco – disse.

Senado manda indenizar vítima de trabalho escravo

■ Plenário aprova projeto que obriga governo federal a pagar R\$ 52 mil a trabalhador paraense

Em votação simbólica, o Senado aprovou indenização no valor de R\$ 52 mil a ser paga pelo governo federal ao cidadão José Pereira Ferreira, por ter sido submetido a trabalho escravo e sofrido lesões corporais na fazenda denominada Espírito Santo, localizada no sul do estado do Pará, em 1989. O projeto volta à Câmara dos Deputados, por ter sido emendado no Senado.

Ao encaminhar a votação, o relator Luiz Otávio (PMDB-PA) afirmou que a aprovação da indenização a um trabalhador vítima de maus-tratos abre caminho para corrigir outros casos,



Raquel de Sá

MORALIZADOR Luiz Otávio acha que decisão abre caminho para correção de outras injustiças

recolocando, no caminho da cidadania, muitos trabalhadores injustiçados.

O senador lembrou o trabalho moralizador que a Delegacia do Trabalho e a Polícia Federal estão empreendendo no Pará, onde o trabalho escravo é, infelizmente, muito comum. Ele citou, ainda, as condições

difíceis que enfrentam os garimpeiros que, saindo de todos os cantos do país, tentam a sorte no estado do Pará.

Ana Júlia Carepa (PT-PA) disse que o governo Lula pretende erradicar o trabalho escravo no país. Embora reconhecendo que o Pará ainda é o estado campeão nesse tipo de ilegalidade no Brasil, ela afirmou que os empresários do setor agrícola já demonstram disposição para mudar essa tradição.

Decisão como a de pagar indenização ao trabalhador injustiçado, aliada à punição dos responsáveis por esses crimes, disse a senadora, vão mudar "esse quadro desmoralizador do poder público".

O líder do PT, senador Tião Viana (AC), disse que a aprovação da indenização ao trabalhador expressa a responsabilidade do governo na defesa dos direitos humanos.

Mudança no Código Eleitoral amplia direito de defesa aos candidatos

O Senado aprovou o projeto de lei que muda o Código Eleitoral e torna obrigatória a audiência, em juízo, do acusado de crime eleitoral, como estabelece o Código de Processo Penal. O acusado também passa a ter o direito de apresentar testemunhas. O projeto de lei aprovado prevê dez dias para o oferecimento de alegações escritas e o arrolamento de testemunhas.

O relator foi o senador César Borges (PFL-BA), que acolheu emenda de redação do senador Aloizio Mercadante (PT-SP). O texto que veio da Câmara dos Deputados dizia que "o réu ou seu defensor terá o prazo de dez dias para oferecer alegações escritas ou arrolar teste-

munhas". O senador Mercadante propôs mudar para "(...) oferecer alegações escritas e arrolar testemunhas". A matéria foi enviada à Comissão Diretora para redação final.

Jorge Amado

Foi aprovado também o projeto de lei que dá o nome de Rodovia Jorge Amado ao trecho da BR-145, que liga as cidades de Itabuna e Ilhéus, na Bahia.

Foi rejeitado o projeto de lei apresentado pelo ex-senador Waldeck Ornélas propondo mudança nos critérios de identificação numérica dos candidatos aos cargos majoritários. O projeto foi considerado inadequado, porque dificultaria a memorização dos números dos candidatos pelos eleitores, já



Waldemar Rodrigues

EMENDAS César Borges, relator, acolheu mudanças propostas por Aloizio Mercadante

que obrigava à inclusão de todos os números dos partidos que formassem uma coligação, acrescidos do número 1 ou 2, nos casos em que a eleição renovasse dois terços do Senado.

Voto facultativo retorna à CCJ para análise

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que torna o voto facultativo será novamente analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde já recebeu parecer favorável. Requerimento neste sentido foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado.

Também retorna à comissão a PEC de autoria do senador Moza-

rildo Cavalcanti (PPS-RR) que estabelece limite máximo de 30% da superfície de cada estado para demarcação de terras indígenas. O próprio Mozarildo pediu que a CCJ seja consultada sobre a proposta. A comissão já havia aprovado parecer sobre a matéria. Relatado pelo senador Amir Lando (PMDB-RO), esse parecer aumentou para 50% do limite de cada unidade da Federação

a área passível de demarcação. A CCJ agora emitirá novo parecer.

Também volta à CCJ o projeto de lei da Câmara que estabelece a prioridade da tramitação de processos judiciais contra agentes públicos acusados de ilícitos administrativos.

Em outra decisão, o Plenário adiou para agosto a discussão da proposta que extingue os tribunais e conselhos de contas municipais.

Autoridades e embaixadores aprovados

O Senado aprovou ontem, por 39 votos a 8 e 1 abstenção, a indicação de Maria Paula Dallari Bucci para o cargo de procuradora-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) do Ministério da Justiça, com mandato de dois anos.

Também foi aprovada a indicação de Lélvio Bentes Corrêa para ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), na vaga reservada ao Ministério Público, decorrente da aposentadoria de Wagner Antônio Pimenta.

Em votações sucessivas, o Senado aprovou mensagens presidenciais indicando o diplomata Affonso Emílio de Alencastro Massot, para o cargo de embaixador do Brasil junto à República Tcheca, e do diplomata Gilberto Vergne Saboia, para o cargo de embaixador do Brasil na Holanda.

Mato Grosso receberá R\$ 89 milhões

Os senadores aprovaram ontem, em votação simbólica, a Medida Provisória 119/2003, que abre crédito extraordinário em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$ 89 milhões. As verbas serão repassadas ao governo de Mato Grosso do Sul, que, em troca, assume o controle de 658 quilômetros de rodovias federais que cortam o estado. Essa transferência estava prevista na Medida Provisória 82 de 2002, cancelada pelo presidente Lula da Silva. No Senado, a MP recebeu parecer favorável do relator, senador Luiz Otávio (PMDB-PA). Durante a votação da MP 119 na Comissão Mista de Orçamento, no mês passado, houve intensa discussão em torno do assunto, por causa do cancelamento da MP pelo presidente da República.

No entanto, o líder do governo no Congresso, senador Amir Lando (PMDB-RO), ponderou que o ministério já havia empenhado a verba para o estado antes do ato do presidente que cancelou a MP que tratava da transferência de rodovias federais. Com isso, na opinião do senador, a liberação do crédito extraordinário estava respaldada legalmente.



Jone de Araújo

RESERVAS Proposta de Mozarildo Cavalcanti sobre terras indígenas volta à CCJ

DEBATE NO PLENÁRIO

Declarações de Lula provocam polêmica

O discurso feito terça-feira pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em solenidade na Confederação Nacional da Indústria, motivou diversos pronunciamentos na sessão de ontem do Senado. Enquanto senadores de oposição criticaram o presidente por ter dito que “nem o Congresso, nem o Poder Judiciário” poderiam impedi-lo de alcançar o crescimento do país, integrantes da base do governo lembraram que o próprio Lula já afirmara ter sido mal-interpretado.



Para o líder do PSDB, Arthur Virgílio, as afirmações de Lula não honram as tradições democráticas. Para o do PFL, José Agripino, o presidente deve ter mais humildade e equilíbrio. Efraim Moraes, líder da Oposição, viu no discurso um sinal de autoritarismo, o que foi contestado pela senadora petista Ideli Salvatti. O líder do PT, Tião Viana, ressaltou o diálogo entre o Executivo e o Congresso, e o líder do governo, Aloizio Mercadante, disse que Lula falou em construir um Brasil grande.

TIÃO VIANA



Diálogo marca relações entre os Poderes

O líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), afirmou que, durante a reunião de líderes da base parlamentar do governo com o presidente da República, ontem, Lula fez questão de explicar que se referia à dívida social herdada de séculos e não às reformas quando disse, terça-feira, que “nem chuva, nem Congresso, nem Poder Judiciário” poderiam impedi-lo de construir um novo Brasil.

O senador assegurou ser clara a marca do diálogo entre o governo e o Congresso, e que ela não pode ser confundida por uma frase mal-interpretada e tirada do contexto global.

– Vamos fazer uma política afirmativa, levando o Brasil a obter o destaque internacional que lhe compete. Lula não tem medo de ousar, tem confiança no governo, no Congresso e no Poder Judiciário para emprendermos, juntos, essa longa luta – concluiu Viana.

ARTHUR VIRGÍLIO

Afirmações não honram tradição democrática

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), protestou contra as declarações feitas terça-feira pelo presidente Lula. A afirmação sobre o Poder Judiciário e o Congresso “não honra a tradição democrática de nosso povo”, na opinião do senador.

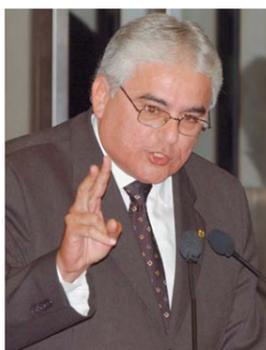
– O presidente não tem o direito de arrancar aplausos às custas da imagem do Congresso e do Judiciário – acrescentou.

Virgílio ressaltou que o presidente se retratou, a seu modo, ontem, ao negar a intenção de desrespeitar o Congresso ou o Judiciário. Ele considerou positivo esse fato e observou que nada impede que ocorram momentos de conagração entre o Congresso e o presidente, mas “não basta o pedido de desculpas sutil”.

– Nosso destino é fazer o Brasil aprofundar a democracia e, aí sim, poder realizar o sonho do povo, de uma nação mais justa – afirmou.



EFRAIM MORAIS



Discurso foi manifestação de autoritarismo

O teor do discurso de terça-feira do presidente Lula foi considerado pelo líder da Oposição, Efraim Moraes (PFL-PB), como uma manifestação de “autoritarismo”. As afirmações do presidente “agridem o sentimento democrático do povo e ferem a Constituição, que afirma a independência e a harmonia entre os poderes”, ressaltou.

Efraim comparou a frase que teria sido proferida pelo presidente, de que “não tem cara feia, não tem Congresso ou Judiciário” que impeça as reformas, à atitude de alguns dos mais famosos ditadores da História, como Hitler, Stalin ou Mussolini. O senador registrou ter tomado conhecimento pelo noticiário de que Lula havia recuado nas suas declarações.

– O presidente diz agora que foi mal-interpretado. Não foi. Suas palavras, pela clareza e contundência, dispensam interpretações – frisou.

JEFFERSON PÉRES

Pronunciamentos infelizes podem gerar uma crise

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse temer que pronunciamentos como o feito terça-feira pelo presidente Lula provoquem uma crise institucional. Ele considerou a declaração de Lula “extremamente infeliz”.

– O mundo não dá mais lugar a ditaduras formais, e a continuar nessa linha amanhã o presidente estará jogando a população contra o Congresso e enveredando por um populismo “à la Hugo Chaves” (presidente da Venezuela). Lula deve se conscientizar de que a Presidência é uma instituição e ele tem que medir o que diz. Do contrário, vai gerar mais cedo do que pensa uma crise institucional – alertou.

O senador afirmou ainda que o presidente não foi convincente ao se retratar. Péres disse que o Senado em peso deveria se pronunciar em defesa das prerrogativas do Legislativo.



JOSÉ AGRIPINO



Presidente deve ter humildade e mais equilíbrio

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), pediu que o presidente Lula tenha “mais equilíbrio e humildade” ao se referir ao Judiciário e ao Legislativo. Para ele, “líder verdadeiro é aquele que, com equilíbrio, consegue aglutinar”, e não promover discórdia.

Agripino perguntou se as críticas ao Judiciário e ao Congresso não tinham como pano de fundo a reforma da Previdência.

– Ninguém, nenhum líder, tem o direito de se julgar salvador da Pátria. Por isso, causou-me espécie quando o presidente disse que só Deus poderá impedi-lo de aprovar as reformas. Pelas manchetes dos jornais, o Congresso e o Judiciário são um estorvo para o presidente – observou, acrescentando, porém, que “por índole” é conciliador e prefere acreditar na sinceridade do presidente quando ele diz que não teve a intenção de atingir nenhum Poder.

IDELI SALVATTI

Está sendo criado um conflito artificial

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) disse que está sendo criada uma crise artificial a pretexto do discurso do presidente Lula. “Em nenhum momento o presidente fez qualquer menção às reformas ou ofensivas ao Congresso ou ao Judiciário”, garantiu a senadora, que leu da tribuna o trecho em que o presidente diz que apenas Deus poderá impedi-lo de promover o crescimento.

– Até parece que se está querendo criar o caos, quando todos sabemos que o caos viria sim pelo descontrole da economia, o que está sendo evitado – afirmou Ideli.

A senadora acrescentou que é absurdo classificar o presidente como “autoritário”. Segundo ela, “está nas mãos do Congresso o destino das reformas, é aqui que elas serão debatidas e votadas. É o processo democrático em curso, em sua plenitude”.



DEBATE NO PLENÁRIO

MERCADANTE



Presidente falou em construir um Brasil grande

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), rebateu as críticas de senadores do PFL e PSDB à declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que “somente Deus poderia impedir” que ele conduzisse o Brasil ao papel de destaque internacional. Segundo Mercadante, em nenhum momento o presidente falou das reformas constitucionais, ao dizer que “nem chuva, nem Congresso, nem Poder Judiciário” poderiam impedir seu trabalho.

– Ele falou em construir um Brasil grande.

Aloizio Mercadante também relatou que, durante reunião ontem no Palácio do Planalto, com lideranças de sua base parlamentar, Lula afirmou que nunca pensou em desprestigiar o Congresso e conclamou os parlamentares descontentes com suas declarações a agendarem audiência para dialogar diretamente com ele.

SERYS

Não houve declaração contra o Congresso

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) negou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenha declarado, em discurso na CNI, terça-feira, que nem o Congresso nem o Poder Judiciário poderiam impedir a aprovação das reformas tributária e da Previdência.

Serys leu transcrição do pronunciamento do presidente e destacou que, em nenhum momento, ele se referiu às reformas. Ele estava se referindo, ressaltou, ao crescimento do país e ao resgate da cidadania da população. Foram as seguintes as palavras de Lula, segundo a senadora: “Pode ficar certo que não tem chuva, não tem geada, não tem terremoto, não tem cara feia, não tem o Congresso Nacional, não tem o Poder Judiciário. Só Deus será capaz de impedir que a gente faça este país ocupar o lugar de destaque que nunca deveria ter deixado de ocupar”.



AMIR LANDO



Lula respeita a soberania do Legislativo

O senador Amir Lando (PMDB-RO), líder do governo no Congresso, afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não pretendeu ofender o Poder Legislativo com as declarações feitas na Confederação Nacional da Indústria (CNI). O líder lembrou os discursos pronunciados pelo presidente na sua posse e na entrega das propostas de reformas para ressaltar o quanto Lula respeita a soberania do Congresso Nacional.

– O presidente Lula também se entusiasma, como toda a sociedade brasileira, quando debate as reformas. Não há ofensa maior que fazer dessa declaração uma crise institucional. O presidente da República lutou contra a ditadura e sempre foi um defensor das instituições democráticas. Sob a liderança do presidente Lula, a democracia brasileira terá curso – finalizou o líder do governo.



APOIO Desportistas são aplaudidos pelo presidente Sarney e demais senadores

Atletas querem lei de incentivo ao esporte

Representantes da categoria entregam manifesto com reivindicações

O presidente do Senado, José Sarney, suspendeu temporariamente a sessão plenária de ontem para receber representantes da Comissão Nacional de Atletas, que vieram pedir ao Legislativo lei de estímulo ao esporte nos moldes da Lei Rou-

anet, que incentiva projetos culturais. Sarney prometeu enviar esforços para que projeto nesse sentido seja aprovado.

No manifesto, os atletas disseram que o esporte é uma das traduções mais ricas da cultura brasileira. “A competição esportiva é um dos poucos fenômenos sociais capazes de produzir um dos maiores valores das sociedades democráticas, que é a igualdade entre os indivíduos”, destaca o texto.

Os atletas foram aplaudidos em Plenário e, à saí-

da, Bernard Rajzman, medalha olímpica do vôlei, definiu o evento como “uma visita histórica ao Congresso”. Para ele, uma lei de incentivo ao esporte servirá para tirar crianças da marginalidade e enriquecer a representação do Brasil no exterior.

Encerrada a cerimônia, Flávio Arns (PT-PR) e Tião Viana (PT-AC) homenagearam os esportistas paraolímpicos que ali se encontravam e pediram que o Senado adapte suas instalações para facilitar o acesso de deficientes.

Empresários são recebidos por Sarney

Os presidentes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), deputado Armando Monteiro (PTB-PE), e da Ação Empresarial, Jorge Gerdau, além de outros empresários interessados em influir na proposta de reforma tributária que tramita no Legislativo foram recebidos ontem pelo presidente do Senado, José Sarney. Eles entrega-

ram a Sarney documento intitulado “Reforma Tributária, Sim; Aumento da Carga Tributária, Não”.

De acordo com Armando Monteiro, eles estavam ali representando os quase 300 empresários que vieram ao Congresso manifestar seu desejo de que não seja aprovado aumento dos encargos fiscais.

– Os empresários vie-

ram aqui sobretudo dar o testemunho do apreço que têm pelo Congresso, que irá decidir esse processo, em última instância. É dele essa prerrogativa – disse Armando Monteiro.

Ele acrescentou que os empresários confiam no Senado como o poder moderador que vai construir uma solução adequada para a reforma.

CPI que investiga violência contra crianças aprova plano de ação

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) do Congresso criada para investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no país aprovou ontem o plano de trabalho apresentado pela relatora, deputada Maria do Rosário (PT-RS). A comissão deverá funcionar durante a convocação extraordinária,

em julho, conforme a presidente, senadora Patrícia Saboya (PPS-CE).

Quanto aos objetivos da comissão, a relatora destacou que a CPI não visa apenas a apresentação de relatório ao final dos trabalhos, mas também agir no sentido de proteger crianças e adolescentes.

– Ou seja, se alguma criança ou adolescente

estiver sendo molestada e nos for enviada a denúncia, agiremos de modo a fazer com que aquele abuso cesse imediatamente, sem prejuízo dos inquéritos que deverão ser abertos ao longo dos seus 180 dias de funcionamento.

Maria do Rosário esclareceu que, como parte da metodologia de trabalho da comissão, será monta-

da estrutura para receber denúncias feitas diretamente aos parlamentares e à assessoria técnica, por correspondência postal e eletrônica. Também será colocado à disposição atendimento pelo 0800 do Congresso. O colegiado realizará audiências públicas fora do Congresso, quando irá às regiões onde os abusos são mais frequentes.



CONVOCAÇÃO Patrícia Saboya, entre Eduardo Azeredo e deputada Maria do Rosário, anuncia trabalhos em julho

GARIBALDI ALVES



Espero que, vencidas as dificuldades econômicas, o governo possa oferecer reajustes condignos nos próximos anos.

MESQUITA JÚNIOR



O projeto é um passo fundamental na direção da melhoria dos vencimentos dos servidores de menor remuneração.

DEMOSTENES TORRES



Lamento que a decisão do governo tenha sido de apenas seguir a obrigação legal e cumprir as exigências do FMI.

MARCELO CRIVELLA



O abono busca encurtar a grande distância entre o maior e o menor salário. Ninguém vota satisfeito, mas é um passo.

CÉSAR BORGES



Além de dar aumento irrisório de 1%, o governo do PT usa o abono, que o partido sempre condenou severamente.

LEONEL PAVAN



O projeto demonstra incoerência com o que o PT defendia. Vou lutar para que o abono seja incorporado aos salários.

ALMEIDA LIMA



Abono não implica benefícios e vantagens, pois é temporário. Abono é falta de política salarial e de valorização do servidor.

JOÃO CAPIBERIBE



O abono é uma boa estratégia para reduzir a distância entre maior e menor salário. Mas deve ser incorporado depois.

CCJ aprova abono e reajuste de 1% para servidores públicos

■ Projetos do Executivo, que tramitam em regime de urgência, vão agora à apreciação do Plenário do Senado

Os projetos do governo federal que concedem reajuste de 1% e abono de R\$ 59,87 ao funcionalismo público estão prontos para votação em Plenário. Na manhã de ontem, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou relatórios dos senadores Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) favoráveis às propostas, que tramitam em regime de urgência. Na véspera, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) já havia aprovado pareceres favoráveis.



RESSALVA Senadores votaram a favor dos projetos do governo, mas salientaram que o índice de reajuste é muito baixo

Garibaldi rejeitou duas emendas, dos senadores do PSDB Antero Paes de Barros (MT) e Lúcia Vânia (GO), que previam a reposição integral da inflação de 2002 e um reajuste

superior, de 4%.

– Faço uma ressalva: trata-se de um percentual ínfimo. Esse índice pretende apenas atender à exigência legal de revisão anual dos estímulos dos ser-

vidores. Espero que, vencidas as dificuldades econômicas, o governo possa oferecer reajustes condignos nos próximos anos – declarou Garibaldi.

Mesquita Júnior rejeitou duas emendas ao projeto que concede o abono. O relator indicou inconstitucionalidades nas propostas dos senadores Antero Barros e Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que previam o pagamento do benefício a partir de 1º de janeiro e a incorporação do abono ao salário.

– A proposta representa um passo fundamental na direção da melhoria dos vencimentos dos servidores de menor remuneração – afirmou Mesquita Júnior.

Os projetos estabelecem reajuste de 1% retroativo a janeiro e abono a partir de maio, inclusive para aposentados e pensionistas.

Elétricas podem ser excluídas da privatização

Ao aprovar substitutivo da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decidiu ontem, em caráter terminativo, excluir as empresas do setor elétrico, a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia (Basa) do Programa Nacional de Desestatização (PND). Antes de seguir para análise da Câmara dos Deputados, a matéria ainda precisa ser analisada pela CCJ em turno suplementar.

Serys ampliou o escopo da proposta original, da senadora licenciada Marina Silva, que previa apenas a retirada da Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte) da lista das estatais passíveis de privatização. A relatora também incorporou emendas dos senadores José Maranhão (PMDB-PB),

Privatização começou em 1995

A privatização de empresas do setor elétrico começou em 1995. Até 2002, foram desestatizadas 23 empresas federais e estaduais, entre geradoras e distribuidoras. A receita com as vendas alcançou **US\$ 29,8 bilhões**.

Tipo de empresa

Tipo de empresa	Receita (em US\$ bi)
Distribuidoras federais (3)	3,9
Distribuidoras estaduais (17)	16,5
Geradoras estaduais (3)	1,9
Dívidas transferidas pelas empresas	7,5
Total	29,8

Fonte: BNDES

Almeida Lima (PDT-SE) e Sibá Machado (PT-AC), que incluíram os bancos de desenvolvimento regional e a ECT entre as empresas não-privatizáveis.

– O projeto corresponde aos interesses nacionais e expressa, com felicidade, o sentimento e a vontade da população. O serviço público de energia elétrica deve ser provido com eficiência, buscando a rentabilidade. Mas é também um serviço essencial e nem sempre o viés financista e imediatista

deve presidir o funcionamento da empresa – afirmou Serys.

Com a decisão, as empresas listadas no substitutivo juntam-se ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica Federal e à área nuclear, cujo controle acionário deve ficar obrigatoriamente nas mãos da União, segundo a Lei 9.491, de 1997, que trata do PND. Criado em 1991, o programa de desestatização gerou uma receita de US\$ 87,2 bilhões, além de US\$ 18,1 bilhões em dívidas transferidas.

Senadores debatem ICMS sobre petróleo e energia

Antecipando os debates da proposta de reforma tributária, que tramita atualmente na Câmara, os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) discutiram ontem a questão da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na origem (local onde o produto ou serviço é feito) ou no destino (local do consumo).

A discussão teve início com a análise do relatório do senador Marcelo Crivella (PL-RJ) sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC) do ex-senador Geraldo Melo que altera a cobrança do ICMS sobre petróleo bruto e energia elétrica, para compensar os estados produtores. Vista coletiva do relatório, encabeçada pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), adiou a votação. A PEC pretende extinguir a imunidade do ICMS sobre as vendas de petróleo e energia elétrica destinadas a

outros estados.

– A intenção é erradicar a injustiça que sofrem os estados produtores – disse Crivella.

O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) afirmou que só o Brasil trata os estados produtores de petróleo dessa forma.

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) pediu ao presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), que convocasse uma reunião extraordinária para analisar a proposta, mas Lobão disse que não há tempo hábil em junho. Assim, Garibaldi apelou para que a matéria seja incluída na convocação extraordinária, já que tramita no Senado há 15 anos.

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou que não há condições para análise da PEC na pauta de julho. Ele ponderou que se trata de matéria da reforma tributária, que está em discussão na Câmara dos Deputados.

Comissão acolhe projeto que implanta voto digital

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) que implanta o voto digital no Brasil. Caso não haja recurso de pelo menos nove senadores para que a matéria seja submetida ao Plenário, o projeto seguirá para exame na Câmara.

Relatada pelo senador Demostenes Torres (PFL-GO), a proposta acaba com o voto impresso na urna eletrônica, medida que deve resultar, pelos cálculos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em uma economia de R\$ 600 milhões já nas eleições de 2004.

Uma das principais vantagens do sistema, assinalada pelo relator, é a possibilidade de verificação de voto sem identificação do eleitor. Além de propiciar economia de recursos públicos, essa tecnologia tem o mérito de dar agilidade e confiabilidade ao processo de votação, conforme acrescentou.

Mas o fim do registro do voto em papel criou divergências entre os senadores. Em resposta às dúvidas sobre a garantia de lisura no novo sistema, Demostenes informou que, ao final da votação, será impresso um boletim com os dados armazenados em meio magnético. Eduardo Azeredo citou ainda como medida de segurança a liberação do acesso, seis meses antes da eleição, dos programas do TSE aos partidos políticos, à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e ao Ministério

Público.

Os questionamentos sobre a confiabilidade do voto digital foram suscitados pelo senador Hélio Costa (PMDB-MG).

– Confio nas autoridades eleitorais, mas tenho dificuldade em confiar cegamente nas urnas eletrônicas e nos programadores dessas máquinas – admitiu.

Com pensamento semelhante, o senador Almeida Lima (PDT-SE) levantou a hipótese de não ter ocorrido fraude nos pleitos anteriores porque a impressão do voto deixava prova material. O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) também ponderou que não se pode confundir modernidade com seriedade e segurança.

A favor

Os senadores Marcelo Crivella (PL-RJ), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Tião Viana (PT-AC), Sérgio Cabral (PMDB-RJ) e João Capiberibe (PSB-AP) fizeram considerações favoráveis à matéria. Para Crivella, o voto digital "é avanço e traz economia". Arthur Virgílio assinalou a agilidade do sistema eletrônico. Jereissati creditou a lisura dos pleitos à segurança da informática. Tião Viana considerou que o voto eletrônico "é mais seguro e legítimo". Cabral expressou orgulho pelo processo eleitoral brasileiro e Capiberibe observou que não há necessidade de impressão imediata do comprovante.



SEGURANÇA Azeredo destaca procedimentos adotados pelo TSE

Impressão foi implantada em 2002

Se o projeto de lei que instituiu o voto eletrônico for aprovado no Congresso, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não precisará adaptar mais de 300 mil urnas ao sistema de impressão, uma vez que em 2002 foram utilizadas pouco mais de 20 mil delas com o módulo impressor, a título de teste.

O projeto de implantação das impressoras foi aprovado em 2001 e previa o aumento gradativo do uso do módulo nas eleições. A ideia era criar um mecanismo de segurança maior

contra fraudes, pois os críticos do sistema argumentavam que a urna eletrônica não permitia uma auditoria em caso de dúvidas na votação. No entanto, segundo o TSE, em todas as eleições, desde 1996, quando a urna eletrônica foi criada, nenhum boletim de votação apresentou números diferentes daqueles armazenados na memória do sistema eletrônico de votação.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)



ESVAZIAMENTO Durante audiência na CI, dirigentes analisam problema da perda de pessoal treinado

Falta de concurso afeta agências reguladoras

Diretores alertam para comprometimento do trabalho com término dos contratos temporários

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Mário Abdo, solicitou, em audiência pública promovida ontem pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), a realização de concurso público para preenchimento dos quadros dos órgãos reguladores do governo. Apesar de existir há cinco anos, relatou, até hoje a Aneel não tem pessoal próprio, o que dificulta seu funcionamento.

O presidente da comissão,

senador José Jorge (PFL-PE), disse que o motivo da audiência proposta por ele foi o de debater o problema da falta de pessoal nas agências, além das dificuldades financeiras devido aos contingenciamentos. De acordo com Abdo, essa restrição chega a 50% dos recursos a que as agências têm direito.

O diretor da Aneel explicou que esse dinheiro é oriundo de taxas cobradas dos consumidores e não do Tesouro Nacional. Por isso, observou, os recursos não podem ser usados em outros setores. José Jorge sugeriu que os senadores discutam a questão com o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP).

Para Abdo, a falta de definição nas contratações gera perda de profissionais treinados

pelas agências, o que compromete o funcionamento dos órgãos. O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), embaixador Sebastião do Rego Barros, afirmou que a ANP tem 135 contratados, que perderão seus empregos até junho de 2004, sendo 54 fiscais. Para o diretor, ficará impossível fiscalizar todo o Brasil.

O presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Luiz Guilherme Schymura, frisou que "com o corte dos recursos para viagens será preciso suspender as fiscalizações". O presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Jerson Kelman, informou que foi realizado concurso público, mas problemas jurídicos interromperam a seleção.

Senadores querem regras mais claras

Durante audiência na CI com dirigentes de quatro agências reguladoras, vários senadores pediram regras mais definidas para reger o funcionamento dos órgãos. O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) solicitou normas mais claras para o setor de energia. O senador Delcídio Amaral (PT-MS) disse que o governo anterior deveria ter regulamentado melhor o funcionamento das agências.

Delcídio afirmou ter certeza que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva resolverá o problema das contratações de funcionários pelas agências reguladoras, que até hoje não têm um quadro fixo. "As agências são fundamentais e sem pessoal ficam sem ferramentas necessárias para atuar", advertiu.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) pediu uma auditoria nas agências, para identificar o real papel desses órgãos. Para ela, a autonomia das agências

precisa ser vigiada. "É como um filho, só damos autonomia quando confiamos nele", observou. Preocupada com o aumento das tarifas, a senadora Heloísa Helena quis saber dos depoentes o que vem sendo feito para proteger o consumidor.

O diretor-geral da Aneel, José Mário Abdo, assegurou à senadora que os cidadãos vêm em primeiro lugar e que os consumidores de baixa renda têm um desconto que pode chegar a 65% do valor da tarifa. Sobre o racionamento de energia realizado em 2001, Abdo o atribuiu à falta de investimentos.

Fiscalização

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) assinalou que as agências reguladoras foram cri-



FISCALIZAÇÃO Agências representam sociedade, assinala Tuma (ao microfone), durante debate

adas para representar a sociedade brasileira na fiscalização e evitar abusos por parte das empresas privatizadas. "Essa audiência deu oportunidade, principalmente para quem acompanha o debate pela TV Senado e pela Rádio Senado, às pessoas saberem como funcionam as agências", destacou.

Tuma também afirmou esperar que logo se chegue a um consenso com o Judiciário para resolver o problema da contratação de funcionários.

Antero é eleito presidente da CPI que vai investigar caso Banestado

■ A relatoria coube ao deputado petista José Mentor. A comissão volta a se reunir na próxima terça-feira

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) foi eleito ontem presidente da comissão parlamentar de inquérito (CPI) do Congresso que vai investigar a evasão de divisas do Brasil por meio de contas CC-5. O relator será o deputado José Mentor (PT-SP). A vice-presidência coube ao deputado Rodrigo Maia (PFL-RJ). A eleição e a in-

dicação do relator ratificaram acordo dos líderes partidários na Câmara e Senado.

Após a instalação da mesa da CPI, o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) pediu a palavra para defender-se de notícias envolvendo seu nome com as remessas ilegais. O senador apresentou certidões, ofícios e expedientes do Banco Central, Banco do Brasil, Procuradoria Geral da República, Banco Araucária e Banestado sobre inexistência de qualquer registro em seu nome de remessa ou recebimento de valores via contas CC-5. Toda a documentação foi encaminhada à CPI.

– Achei que a instalação desta comissão seria o momento adequado para o relato. Desejava informar da luta que tenho travado contra acusações ineptas e acusadores irresponsáveis, que me obrigam ao ônus da prova de minha inocência, quando lhes cabe comprovar a acusação, já que tomaram a iniciativa de me envolver.

Parlamentares apresentaram vários requerimentos, que, conforme Antero Paes de Barros, serão apreciados na próxima reunião da CPI, marcada para terça-feira, quando será apresentado o calendário de funcionamento do colegiado. A

comissão deverá funcionar em julho, durante a convocação extraordinária do Congresso.

Um dos requerimentos, da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), propõe a criação de grupo de trabalho para viabilizar a obtenção, no exterior, de provas contra os beneficiários das remessas. O senador Magno Malta (PL-ES) sugeriu que sejam requeridos à Câmara os documentos obtidos pela CPI do Narcotráfico. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) propôs que seja feito convite ao responsável pelo setor jurídico do Banco Central, que explicaria o funcionamento das contas CC-5.



DIFERENÇAS Renan Calheiros considera que o turista, hoje, procura experiências culturais

Renan propõe o turismo sustentável

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) defendeu o desenvolvimento do turismo no Brasil em bases sustentáveis. Segundo ele, “o turista hoje não quer apenas férias passivas sob o sol”, mas experiências que o enriqueçam culturalmente. Para isso, o senador sugeriu ações compartilhadas com a sociedade civil, o estímulo de programas de entretenimento, educação ambiental, recuperação de áreas degradadas e modernização da infra-estrutura, além de pesquisas e educação profissional na área.

– A Organização Mundial do Turismo prevê que, para cada dólar investido em turismo por um país, ele recebe seis como retorno. E o interesse do turista estrangeiro pelo Brasil é evidente. Tanto que recebi, em meu gabinete, na última semana, o embaixador da Espanha, José Cordech, que confirmou: seu país está disposto a trazer mais investimentos, principalmente na área do turismo.

Renan lembrou que a Espanha é um dos destinos turísticos mais procurados do mundo, pois conseguiu implantar um serviço sustentável. Segundo ele, o embaixador espanhol anunciou que visitará Alagoas nos próximos dias. O senador também assinalou que, para o Brasil ser um grande destino turístico mundial, é preciso antes estimular a atividade internamente e, depois, promover um turismo inter-regional significativo.

O senador ressaltou o potencial do Nordeste, e em especial de Alagoas, “um verdadeiro espetáculo de magnífica beleza de coqueirais, mangues e mar”.

Senadores cobram apuração das denúncias

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC), autora do requerimento para realização, na Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), da audiência pública sobre evasão de divisas, afirmou que o impasse envolvendo as autoridades brasileiras e norte-americanas sobre a apuração do caso Banestado deve ser resolvido o mais rápido possível, para que as investigações caminhem com rapidez. No seu entender, “os culpados devem ser punidos com rigor”, com o repatriamento do dinheiro desviado.

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) indagou se o Ministério da Justiça tinha conhecimento sobre duas contas em nome da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e que constariam da lista de nove contas suspeitas de lavagem de dinheiro.

A secretária nacional de Justiça, Cláudia Chagas, não soube responder.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) quis saber do diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Lacerda, se o delegado José Castilho seria mantido nas investigações do caso. Lacerda disse que Castilho está à disposição do Ministério Público e, se retornar à PF, o colocará à frente do caso. Mas criticou a atuação de Castilho, “por falar muito e produzir pouco”.

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) defendeu que não haja vazamento de informações durante o período das investigações pela comissão parlamentar de inquérito.



AUDIÊNCIA CFC ouviu Cláudia Chagas, secretária de Justiça, e Márcio Thomaz Bastos (segundo à direita)

Polícia Federal auxiliará nos trabalhos

A Polícia Federal e o Ministério da Justiça estão à disposição para trabalhar em parceria com a comissão parlamentar de inquérito (CPI) do Congresso que apura a remessa ilegal de dinheiro para o exterior, afirmou ontem o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, em audiência pública na Comissão de Fiscalização e Controle (CFC).

O ministro reconheceu que o desvendamento do caso “é difícil”, mas acredita que a CPI, tomando por base as investigações já realizadas pela Polícia Federal e procuradores, inicia-

das há sete anos, terá condições de esclarecer o caso. De acordo com levantamentos preliminares, a evasão, por meio de contas CC-5, chegaria a US\$ 30 bilhões.

Márcio Thomaz Bastos informou que, para dar maior celeridade às investigações, a Polícia Federal, com apoio de procuradores, criou duas forças-tarefas que estão atuando nos estados do Paraná e de São Paulo. Ele admitiu, porém, que o país não possui estrutura eficaz destinada a combater a lavagem de dinheiro e que permita a recuperação de ativos. Para o

ministro, a luta contra o crime organizado só terá êxito com a participação de vários órgãos, entre os quais a Receita Federal, a Justiça Federal e o Banco Central.

A secretária nacional de Justiça, Cláudia Chagas, informou que as autoridades norte-americanas interromperam o envio de informações à Polícia Federal no que se refere à quebra de sigilo bancário. A paralisação das remessas foi determinada pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos, devido ao vazamento, para a imprensa, de parte das informações.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Romeu Tuma, Mão Santa, Heráclito Fortes, Antonio Carlos Valadares e Augusto Botelho e pela senadora Ana Júlia Carepa